

Público	Periodicidade: Diário
	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Pagina(s): 14
19-11-2021	

SEDES propõe PGR eleito por dois terços do Parlamento

Ana Sá Lopes

A SEDES quer alterar a fórmula de escolha do procurador-geral da República, actualmente nomeado pelo Presidente da República sob proposta do Governo. No congresso da SEDES sobre justiça, que decorre hoje em Coimbra, vai ser apresentada uma proposta radical para a nomeação do cargo do topo da hierarquia do Ministério Público. O Governo deixa de ter qualquer intervenção na escolha e o processo passa para o Presidente da República e Assembleia da República (AR).

Segundo a proposta da SEDES, o Presidente da República apresenta ao Parlamento três nomes de possíveis candidatos ao cargo e a AR terá que aprovar um deles por uma maioria de 2/3 – a mesma maioria necessária para rever a Constituição, que obriga sempre a um entendimento entre os dois maiores partidos, PS e PSD.

Em entrevista ao programa *Interesse Público*, que pode ver no *sítio* do PÚBLICO, o presidente da SEDES, Álvaro Bezeza, diz que “há um excesso de poder executivo em várias áreas e não se utiliza o poder moderador do Presidente da República”. Defende que “o Presidente da República podia ter uma intervenção maior na nomeação dos presidentes das entidades reguladoras, da procuradora-geral da República. O chefe do Estado, como é também o chefe supremo das Forças Armadas, devia estar no topo do sistema de justiça”.

A proposta “é inspirada no sistema americano, inglês e de outros países europeus” e, segundo o presidente da SEDES, “dará maior independência, maior autoridade à justiça”: “Nós precisamos que a justiça tenha o máximo de independência, mas também escrutínio”. Álvaro Bezeza defende a possibilidade de o Ministério da Justiça ser fundido com o Ministério da Administração Interna, “como em muitos países europeus”. Também propõe que os magistrados fiquem impedidos de ter cargos políticos, o que impediria, por exemplo, a actual ministra da Justiça, a magistrada Francisca Van Dunem, de voltar ao seu posto no sistema judicial.

Bezeza, que integra a comissão política do PS e foi do secretariado na direcção de António José Seguro, é há muitos anos defensor de um bloco central. E dá o exemplo da Alemanha, “que conseguiu as suas reformas com governos do SPD e da CDU”. Só numa aliança entre PS e PSD, defende, “se podem fazer reformas estruturais sensatas, gradualistas”.